

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO PARANÁ -  
CISCOPAR**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º 06/2026  
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO N.º 1361/2026**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 61.705,10**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

De 08/06/2026 às 08:00h  
Até 11/06/2026 às 08:59h

**PERÍODO DE LANCES**

De 11/06/2026 às 9h  
Até 11/06/2026 às 15h

*Em razão do insucesso da Dispensa nº 05/2026, no qual determinados itens restaram desertos ou fracassados, a presente contratação direta, observada a manutenção das condições definidas no edital da licitação anteriormente realizada e a necessidade de continuidade do abastecimento dos materiais essenciais às atividades da CME e demais unidades vinculadas ao CISCOPAR, está sendo precedida de divulgação de aviso de contratação, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.  
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso III, alínea “a”.*

**EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM**

## 1. DO PREÂMBULO

1.1 O Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR torna público aos interessados que realizará a **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo **COMPRA**, representado pelo **Menor Preço por ITEM**, conforme especificações no formulário padronizado de proposta (Anexo III), em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14133 de 01 de abril de 2021, Lei complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e demais exigências deste Edital.

1.2 A sessão de processamento desta Dispensa Eletrônica, (o recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços) será exclusivamente por meio eletrônico, no **Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**, no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

## 2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Contratação de empresa para fornecimento de materiais saneantes, insumos auxiliares de limpeza, higienização e desinfecção, bem como materiais médico-hospitalares/instrumentais correlatos destinados ao processamento de produtos para saúde, incluindo itens de uso em Central de Material e Esterilização — CME e demais setores/unidades vinculados ao Consórcio Intermunicipal, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

ITEM	APRES	DESCRIPTIVO	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	UNI	<b>Hipoclorito 1%. Desinfetante</b> hospitalar de nível intermediário para superfícies fixas, à base de hipoclorito desódio 1% de cloro ativo estabilizado(10.000 ppm). Possuir ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias proteicas de microorganismos. Frasco plástico resistente, tampa rosqueável com sistema antivazamento e lacre de inviolabilidade, contendo 1 litro, contendo as especificações da composição do produto, data de fabricação, validade, fornecer FISPQ. Com registro na ANVISA.	200	RS 11,01	RS 2.202,00
2	UNI	<b>Hipoclorito 2,5%.</b> Solução de hipoclorito de sódio a 2,5% hospitalar, cloro ativo estabilizado (25.000 ppm). Possuir ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias proteicas de microorganismos. Frasco plástico resistente, tampa rosqueável com sistema antivazamento e lacre de inviolabilidade, contendo 1 litro, contendo as especificações da composição do produto, data de fabricação, validade, fornecer FISPQ. Com registro na ANVISA.	400	RS 11,68	RS 4.672,00
3	UNI	<b>Fibra branca não abrasiva, indicada para limpeza manual de instrumentais e superfícies em Central de Material e Esterilização (CME)</b> , compatível com aço inox, fórmica e outros materiais sensíveis, sem provocar riscos ou danos às superfícies. Produzida em manta sintética resistente, apropriada para uso com saneantes utilizados no processamento de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: comprimento entre 20 e 28 cm, largura entre 10 e 15 cm e espessura entre 0,5 e 1,5 cm. A embalagem	500	RS 7,48	RS 3.740,00

		deverá conter identificação do fabricante e informações do produto.			
4	UNI	<b>Indicador de limpeza/cavitação para lavadora ultrassônica.</b> Indicador para monitoramento da eficácia da limpeza em lavadora ultrassônica utilizada em CME, inclusive para equipamentos com sistema de lavagem de canulados. O teste deverá consistir em tira, lâmina, ampola ou dispositivo equivalente contendo substância simuladora de sujidade (soil test), destinado à avaliação da ação de cavitação/energia ultrassônica e da efetividade do processo de limpeza, com resultado de leitura visual clara e objetiva, dispensando equipamento eletrônico adicional para interpretação. Serão aceitos sistemas que utilizem ou dispensem suporte/PCD; quando necessário, este deverá ser fornecido pelo fornecedor sem ônus adicional à instituição. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação, validade e instruções de uso em português. O produto deverá possuir registro, notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação sanitária vigente, além de ficha técnica ou catálogo do fabricante. Cada indicador corresponde a uma unidade de teste.	500	R\$ 20,17	R\$ 10.085,00
5	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>nylon rígido</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 39,80	R\$ 3.980,00
6	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). <b>Ponta dupla</b> com cerdas em <b>nylon rígido</b> , cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 39,75	R\$ 3.975,00
7	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). <b>Produzida com cerdas em latão metálico</b> , cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 8,44	R\$ 844,00

8	UNI	<b>Escova para limpeza de canulados.</b> Escova reutilizável para limpeza de materiais canulados e similares em Central de Material e Esterilização (CME), indicada para instrumentais cirúrgicos e odontológicos. Produzida com cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável flexível e resistente, compatível com o processo de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro de <b>3 a 5 mm</b> , comprimento das cerdas entre 5 e 8 cm e comprimento total entre 40 e 50 cm. O produto deverá possuir registro, notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação vigente. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	150	R\$ 42,03	R\$ 6.304,50
9	UNI	<b>Escova para limpeza de canulados.</b> Escova reutilizável para limpeza de materiais canulados e similares em Central de Material e Esterilização (CME), indicada para instrumentais cirúrgicos e odontológicos. Produzida com cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável flexível e resistente, compatível com o processo de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro de <b>1 a 3 mm</b> , comprimento das cerdas entre 5 e 8 cm e comprimento total entre 40 e 50 cm. O produto deverá possuir registro, notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação vigente. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	150	R\$ 39,13	R\$ 5.869,50
10	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>nylon rígido</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total <b>entre 20 e 24 cm</b> , com área de cerdas entre 6 e 8 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 59,67	R\$ 5.967,00
11	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>aço inox</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total <b>entre 15 e 20 cm</b> , com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 47,50	R\$ 4.750,00
12	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>aço inox, ponta dupla</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME.	100	R\$ 47,89	R\$ 4.789,00

		Dimensões aproximadas: comprimento total <b>entre 15 e 20 cm</b> , com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.			
13	UNI	<b>Escova para limpeza de frascos.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de frascos, frascarias, recipientes cilíndricos e materiais canulados em Central de Material e Esterilização (CME). Indicada para limpeza de produtos de diferentes diâmetros e formatos internos, com cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável ou material polimérico de alta resistência, compatível com processos de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro entre 50 e 80 mm, comprimento das cerdas entre 10 e 15 cm e comprimento total entre 30 e 45 cm. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	50	R\$ 58,75	R\$ 2.937,50
14	UNI	<b>Escova para limpeza de frascos.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de frascos tipo almotolia (100 a 250 ml) em Central de Material e Esterilização (CME), indicada para limpeza interna de recipientes plásticos e similares. Produzida com cerdas em nylon e haste/cabo em material resistente de fácil manuseio, compatível com os processos de limpeza de produtos para saúde. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar as superfícies internas do frasco. Dimensões aproximadas: diâmetro entre 25 e 35 mm, comprimento das cerdas entre 8 e 12 cm e comprimento total entre 25 e 35 cm. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e instruções de uso.	50	R\$ 13,13	R\$ 656,50
15	UNI	<b>Punch dermatológico nº 04.</b> O punch dermatológico 4mm é um instrumento cirurgico utilizado em procedimentos dermatológicos para realizar biópsias de pele com precisão e segurança. Fabricado em aço inoxidável de alta qualidade, oferece durabilidade, resistência a corrosão e fácil esterilização. Possui cabo anatômico que proporciona firmeza e controle ao profissional durante o uso, garantindo cortes circulares limpos e uniformes. Ideal para uso em consultórios, clínicas dermatológicas e procedimentos ambulatoriais.	10	R\$ 93,31	R\$ 933,10
					R\$ 61.705,10

2.2. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

2.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4. O referido sistema eletrônico utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame. Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: (41) 3097-4600 – 3097-4603 – 3097- 4605 – 3097-4619, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil “[www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)” ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

2.5. Cópia deste Aviso de Contratação Direta encontra-se disponível, na íntegra, no endereço eletrônico “[www.ciscopar.com.br](http://www.ciscopar.com.br)” (link “Licitações”), e “[www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)”, podendo ainda ser obtida diretamente no Setor de Licitações do CISCOPAR, Rua Rodrigues Alves, 1437 - Coopagro - 85.903-500; Fone (45) 3252- 3524/3277-7800 ou solicitado pelo e-mail [licitacao@ciscopar.com.br](mailto:licitacao@ciscopar.com.br).

2.6. Considerando os pressupostos legais da Lei Federal nº 14133/2021, e de modo a resguardar a ampla segurança, transparência e isonomia entre os licitantes, todos os procedimentos inerentes ao presente certame licitatório serão realizados, preferencialmente, por meio eletrônico. Os contatos deverão se limitar ao endereço eletrônico [pregoeiro@ciscopar.com.br](mailto:pregoeiro@ciscopar.com.br), quando se tratar de períodos antecedentes ao término da fase de disputa de lances. Após esta fase, as manifestações deverão ocorrer, preferencialmente, por meio do sistema eletrônico BLL ou por meio do referido endereço eletrônico, devendo seguir as orientações do condutor da Dispensa via chat.

2.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no Preâmbulo deste Aviso de contratação direta, desde que não haja comunicação do (a) condutor (a) do processo.

### **3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa no **Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**, no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

3.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
  - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles

seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.3. Considerando que os itens possuem valor individual estimado inferior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a participação será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme indicado no sistema eletrônico e neste Aviso de Contratação Direta, ressalvadas as hipóteses legais de afastamento do tratamento diferenciado previstas no art. 49 da referida Lei Complementar.

#### **4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

4.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da

empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. A proposta enviada no sistema, poderá ser retirada, substituída ou modificada até o início da abertura;

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## **5. FASE DE LANCES**

5.1. A partir das 9:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos,

exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.4. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ofertada levando em consideração a parametrização dos valores dos itens em disputa, conforme a tabela a seguir:

<b>VALORES UNITÁRIOS DOS ITENS PARÂMETROS PARA DEFINIÇÃO DO INTERVALO DIFERENCIADO ENTRE LANCES</b>	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES</b>
<b>De R\$ 0,01 à R\$ 50,00</b>	<b>0,5%</b>
<b>De R\$ 50,01 à R\$ 100,00</b>	<b>1,0%</b>
<b>De R\$ 100,01 à R\$ 500,00</b>	<b>2,0%</b>
<b>De R\$ 500,01 à R\$ 1.000,00</b>	<b>3,0%</b>
<b>Acima de R\$ 1.000,00</b>	<b>5,0%</b>

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado

pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

- 7.1. Regularidade fiscal, social e trabalhista:
- 7.1.1. Contrato Social e alterações; ou Certidão Simplificada da Junta Comercial e última alteração do Contrato Social; ou Estatuto Social e última alteração.
  - 7.1.2. Cartão do CNPJ, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, contados da data estabelecida para a sessão;
  - 7.1.3. Certificado de Regularidade do FGTS;
  - 7.1.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativos a Débitos Trabalhistas
  - 7.1.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - 7.1.6. Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Estaduais;
  - 7.1.7. Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa de Tributos Municipais;
  - 7.1.8. Quando aplicável ao item ofertado e à atividade exercida pela licitante, deverá ser apresentada Autorização de Funcionamento de Empresa — AFE, comprovada por meio de publicação no Diário Oficial da União ou certificado/documento emitido pela ANVISA, vigente à época da sessão pública, nos termos da regulamentação sanitária específica.
  - 7.1.9. Quando aplicável ao item ofertado, a licitante deverá apresentar comprovante de registro, notificação, cadastro ou comprovação de dispensa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, conforme a natureza do produto e a regulamentação sanitária vigente
- 7.2. Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, **os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema BLL, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.3.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
  - 7.3.2. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE;
  - 7.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).
  - 7.3.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.5. A possível tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 7.6. O licitante poderá ser convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 7.7. Os Documentos de Habilitação não precisam ser enviados de forma física, devendo ser encaminhado exclusivamente por meio do sistema eletrônico da BLL, juntamente com a proposta comercial e todo o rol de documentos de habilitação listado no ANEXO I.
- 7.8. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Agente de Contratação(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.9. Caso o(a) Agente de Contratação (a) não obtenha sucesso na consulta aos sítios eletrônicos no momento da habilitação, como por exemplo, a certidão não esteja disponível em tais meios de consulta e não tenha sido anexada pelo licitante, automaticamente o julgamento será pela inabilitação.
- 7.10. O licitante poderá optar em anexar conjuntamente suas certidões quando do momento do cadastramento de seus documentos e propostas no sistema BLL, de modo a evitar inconvenientes ou inviabilidade de acesso a estes documentos, que possam resultar em sua inabilitação, caso seu cadastro não esteja efetivamente atualizado junto ao SICAF.
- 7.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 7.12. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema BLL, no prazo de até 02 (duas) horas a contar da convocação do Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.
- 7.13. A concessão do prazo de 2 (duas) horas citadas no item anterior não se aplica ao envio de documentação obrigatória.
- 7.14. É importante esclarecer que a prerrogativa da concessão das 2 (duas) horas aplica-se exclusivamente no âmbito de diligência (complementação), para fins de confirmação dos documentos já apresentados inicialmente, não reportando-se a uma segunda oportunidade para envio de documentos que porventura tenham deixado de ser apresentados no momento obrigatório e previsto neste Edital.
- 7.15. Todos os documentos de habilitação complementares, solicitados pelo(a) Agente de Contratação (a) após o julgamento da proposta, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema BLL, no prazo de 2 (duas) horas contadas da solicitação do(a) Agente de Contratação (a).
- 7.16. No caso de **comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento da documentação pelo sistema eletrônico BLL**, a documentação **podrá ser enviada exclusivamente** para o endereço eletrônico [pregoeiro@ciscopar.com.br](mailto:pregoeiro@ciscopar.com.br), no prazo estabelecido no *caput*, sendo que tal documentação será divulgada posteriormente no sítio do CISCOPAR para conhecimento de todos os participantes.
- 7.17. Depois de transcorrido o prazo estabelecido no *caput*, ou a confirmação de envio dos documentos solicitados, via chat do sistema BLL, por parte do licitante, não será considerado para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de documentos de habilitação que deveriam/poderiam ter sido remetidos anteriormente.
- 7.18. Quando os documentos solicitados forem comuns a mais de um item/grupo para os quais

o licitante possua proposta aceita, o (a) Agente de Contratação (a) poderá convocar o anexo, por meio do sistema BLL, para apenas um dos itens/grupos.

7.19. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

- a) em original;
- b) por qualquer processo de cópia, desde que legível, e, em havendo dúvidas por parte de qualquer servidor do Consórcio, poderá ser exigida a entrega da documentação original;
- c) publicação em órgão da Imprensa Oficial.

7.20. No encaminhamento da documentação, seja a principal ou a complementar, a licitante ainda deverá observar o seguinte:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz;

7.21. A validade das certidões exigidas corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o **prazo de validade**, o CISCOPAR convencionou o prazo como sendo de **90 (dias) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

7.22. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como **microempresa ou empresa de pequeno porte** deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.23. Em se tratando de **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, havendo alguma **restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.24. A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas no *caput*, implicará decadência do direito à contratação.

7.25. **Constatado o descumprimento das condições de participação, o Agente de Contratação inabilitará o licitante.**

7.26. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.27. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Agente de Contratação (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

7.28. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **8. CONTRATAÇÃO**

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo para entrega do objeto será de até 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da ordem de compra/contrato.

8.5. A vigência do contrato será de mais 12 (doze) meses, contados a partir da data final do prazo de execução do mesmo.

## **9. SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 0,5% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como

ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11. As citações e intimações necessárias decorrentes da inexecução do contrato e/ou ata de registro, poderão ser realizadas através de meios de comunicação digitais (e-mail, WhatsApp, entre outros) mencionadas pelo participante no ato do cadastro/habilitação para participar do certame.

9.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O procedimento será divulgado no **Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**, no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances

observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e do sistema, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I - Termo de Referência;

10.13.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

10.13.3. ANEXO III – Carta Proposta.

quarta-feira, 27 de maio de 2026

**JOHN JEFERSON WEBER NODARI**

Presidente do CISCOPAR

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a' da Lei 14.133/21)

O presente Termo de Referência tem por objeto Contratação de empresa para fornecimento de materiais saneantes, insumos auxiliares de limpeza, higienização e desinfecção, bem como materiais médico-hospitalares/instrumentais correlatos destinados ao processamento de produtos para saúde, incluindo itens de uso em Central de Material e Esterilização — CME e demais setores/unidades vinculados ao Consórcio Intermunicipal, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei 14.133/21)

##### 2.1. DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais saneantes, insumos auxiliares de limpeza, higienização, desinfecção e materiais correlatos destinados ao processamento de produtos para saúde, incluindo itens de uso em Central de Material e Esterilização — CME e demais setores/unidades vinculados a este Consórcio Intermunicipal, conforme especificações e quantitativos constantes no termo de referência.

A aquisição justifica-se pela necessidade permanente de manutenção das condições adequadas de higiene, conservação, assepsia, segurança sanitária e regular processamento de materiais utilizados nas rotinas administrativas, assistenciais e operacionais do Consórcio. Os itens previstos são indispensáveis à execução segura das atividades, especialmente nos ambientes que demandam limpeza técnica, desinfecção de superfícies, higienização de instrumentais, verificação da eficácia dos processos de limpeza e utilização de materiais específicos em procedimentos de saúde.

Considerando os resultados infrutíferos do Pregão nº 01/2026, a presente contratação mostra-se necessária para evitar o desabastecimento dos materiais essenciais ao funcionamento regular dos serviços. A ausência ou insuficiência desses insumos poderá comprometer a qualidade das atividades prestadas, gerar riscos sanitários, prejudicar a rotina dos setores demandantes e acarretar prejuízos à Administração, inclusive quanto ao dever de zelar por ambientes salubres, seguros e adequadamente abastecidos.

Nos termos do art. 40, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, as unidades e quantidades a serem adquiridas devem ser determinadas em função do consumo e da utilização prováveis, sempre que possível mediante técnicas quantitativas adequadas. Assim, os quantitativos estimados foram definidos com base na demanda informada pelo setor requisitante, considerando o consumo histórico, a provável utilização futura, a necessidade de continuidade dos serviços e a manutenção de margem mínima de segurança para atendimento de situações excepcionais, sazonais ou decorrentes de aumento pontual da demanda.

As especificações técnicas foram elaboradas de forma compatível com a finalidade de cada item, contemplando produtos como hipoclorito de sódio em concentrações específicas, fibras não abrasivas, indicadores de limpeza/cavitação para lavadora ultrassônica, escovas para limpeza de instrumentais, canulados e frascos, além de material correlato de uso assistencial. As descrições observam critérios de qualidade, funcionalidade, segurança, compatibilidade com os processos de limpeza e, quando aplicável, exigências sanitárias pertinentes, como registro,

notificação, cadastro ou comprovação de dispensa perante a ANVISA, além de ficha técnica, catálogo, identificação do fabricante, lote, validade e demais informações necessárias à rastreabilidade dos produtos.

Ressalte-se que a definição dos itens, quantidades e especificações decorre de demanda apresentada pelo setor requisitante, que detém conhecimento direto das necessidades operacionais das unidades atendidas. Em razão da natureza técnica dos materiais, especialmente daqueles utilizados em CME e em rotinas assistenciais, foram consideradas as exigências de segurança, eficácia, compatibilidade com os processos de higienização e desinfecção, bem como a necessidade de evitar especificações restritivas injustificadas, preservando a competitividade, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante do exposto, resta demonstrada, de forma clara, precisa e suficiente, a necessidade da contratação para fornecimento dos materiais constantes no mapa de preços, com quantitativos e especificações definidos a partir de critérios técnicos, demanda concreta e planejamento administrativo, em atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente ao art. 40, inciso III, e aos princípios da motivação, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

## **2.2. DA LEGALIDADE**

**2.2.1.** Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**2.2.2.** Resolução CISCOPAR nº 019/2023 - Regulamenta, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, e dá outras providências;

**2.2.3.** Resolução CISCOPAR nº 35/2025 - Estima a Receita e Fixa a Despesa do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste Paraná, para o Exercício Financeiro de 2026;

**2.2.4.** Plano Anual De Compras - CISCOPAR – 2026: item 075

**2.2.5.** Art. 75, inciso III, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.

**2.2.6.** Considerando a natureza jurídica do CISCOPAR como consórcio público, o limite aplicável à presente contratação corresponde ao dobro do valor previsto para compras e outros serviços, resultando, para o exercício de 2026, no teto de R\$ 130.984,22. Assim, o valor estimado da contratação, de R\$ 61.705,10, encontra-se dentro do limite legal para contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor.

**2.2.7.** Art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à divulgação preferencial do aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com especificação do objeto pretendido e manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

## **3. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘i’ da Lei 14.133/21)**

**3.1.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 61.705,10**

**3.2.** As pesquisas de preços e os parâmetros utilizados para a formação do preço encontram-

se no Mapa de Preço em anexo a este Termo de Referência.

ITEM	APRES	DESCRIPTIVO	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	UNI	<b>Hipoclorito 1%. Desinfetante</b> hospitalar de nível intermediário para superfícies fixas, à base de hipoclorito desódio 1% de cloro ativo estabilizado(10.000 ppm). Possuir ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias proteicas de microorganismos. Frasco plástico resistente, tampa rosqueável com sistema antivazamento e lacre de inviolabilidade, contendo 1 litro, contendo as especificações da composição do produto, data de fabricação, validade, fornecer FISPQ. Com registro na ANVISA.	200	RS 11,01	RS 2.202,00
2	UNI	<b>Hipoclorito 2,5%.</b> Solução de hipoclorito de sódio a 2,5% hospitalar, cloro ativo estabilizado (25.000 ppm). Possuir ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias proteicas de microorganismos. Frasco plástico resistente, tampa rosqueável com sistema antivazamento e lacre de inviolabilidade, contendo 1 litro, contendo as especificações da composição do produto, data de fabricação, validade, fornecer FISPQ. Com registro na ANVISA.	400	RS 11,68	RS 4.672,00
3	UNI	<b>Fibra branca não abrasiva, indicada para limpeza manual de instrumentais e superfícies em Central de Material e Esterilização (CME)</b> , compatível com aço inox, fórmica e outros materiais sensíveis, sem provocar riscos ou danos às superfícies. Produzida em manta sintética resistente, apropriada para uso com saneantes utilizados no processamento de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: comprimento entre 20 e 28 cm, largura entre 10 e 15 cm e espessura entre 0,5 e 1,5 cm. A embalagem deverá conter identificação do fabricante e informações do produto.	500	RS 7,48	RS 3.740,00
4	UNI	<b>Indicador de limpeza/cavitação para lavadora ultrassônica.</b> Indicador para monitoramento da eficácia da limpeza em lavadora ultrassônica utilizada em CME, inclusive para equipamentos com sistema de lavagem de canulados. O teste deverá consistir em tira, lâmina, ampola ou dispositivo equivalente contendo substância simuladora de sujidade (soil test), destinado à avaliação da ação de cavitação/energia ultrassônica e da efetividade do processo de limpeza, com resultado de leitura visual clara e objetiva, dispensando equipamento eletrônico adicional para interpretação. Serão aceitos sistemas que utilizem ou dispensem suporte/PCD; quando necessário, este deverá ser fornecido pelo fornecedor sem ônus adicional à instituição. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação, validade e instruções de uso em português. O produto deverá possuir registro, notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação sanitária vigente, além de ficha técnica ou catálogo do fabricante. Cada indicador corresponde a uma unidade de teste.	500	RS 20,17	RS 10.085,00

5	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>nylon rígido</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 39,80	R\$ 3.980,00
6	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). <b>Ponta dupla</b> com cerdas em <b>nylon rígido</b> , cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 39,75	R\$ 3.975,00
7	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). <b>Produzida com cerdas em latão metálico</b> , cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 8,44	R\$ 844,00
8	UNI	<b>Escova para limpeza de canulados.</b> Escova reutilizável para limpeza de materiais canulados e similares em Central de Material e Esterilização (CME), indicada para instrumentais cirúrgicos e odontológicos. Produzida com cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável flexível e resistente, compatível com o processo de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro de <b>3 a 5 mm</b> , comprimento das cerdas entre 5 e 8 cm e comprimento total entre 40 e 50 cm. O produto deverá possuir registro, notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação vigente. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	150	R\$ 42,03	R\$ 6.304,50
9	UNI	<b>Escova para limpeza de canulados.</b> Escova reutilizável para limpeza de materiais canulados e similares em Central de Material e Esterilização (CME), indicada para instrumentais cirúrgicos e odontológicos. Produzida com cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável flexível e resistente, compatível com o processo de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro de <b>1 a 3 mm</b> , comprimento das cerdas entre 5 e 8 cm e	150	R\$ 39,13	R\$ 5.869,50

		comprimento total entre 40 e 50 cm. O produto deverá possuir registro, notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação vigente. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.			
10	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>nylon rígido</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total <b>entre 20 e 24 cm</b> , com área de cerdas entre 6 e 8 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 59,67	R\$ 5.967,00
11	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b> aço inox</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total <b>entre 15 e 20 cm</b> , com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 47,50	R\$ 4.750,00
12	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b> aço inox, ponta dupla</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total <b>entre 15 e 20 cm</b> , com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 47,89	R\$ 4.789,00
13	UNI	<b>Escova para limpeza de frascos.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de frascos, frascarias, recipientes cilíndricos e materiais canulados em Central de Material e Esterilização (CME). Indicada para limpeza de produtos de diferentes diâmetros e formatos internos, com cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável ou material polimérico de alta resistência, compatível com processos de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro entre 50 e 80 mm, comprimento das cerdas entre 10 e 15 cm e comprimento total entre 30 e 45 cm. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	50	R\$ 58,75	R\$ 2.937,50
14	UNI	<b>Escova para limpeza de frascos.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de frascos tipo almotolia (100 a 250 ml) em	50	R\$ 13,13	R\$ 656,50

		Central de Material e Esterilização (CME), indicada para limpeza interna de recipientes plásticos e similares. Produzida com cerdas em nylon e haste/cabo em material resistente de fácil manuseio, compatível com os processos de limpeza de produtos para saúde. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar as superfícies internas do frasco. Dimensões aproximadas: diâmetro entre 25 e 35 mm, comprimento das cerdas entre 8 e 12 cm e comprimento total entre 25 e 35 cm. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e instruções de uso.			
15	UNI	<b>Punch dermatológico nº 04.</b> O punch dermatológico 4mm é um instrumento cirurgico utilizado em procedimentos dermatológicos para realizar biópsias de pele com precisão e segurança. Fabricado em aço inoxidável de alta qualidade, oferece durabilidade, resistência a corrosão e fácil esterilização. Possui cabo anatômico que proporciona firmeza e controle ao profissional durante o uso, garantindo cortes circulares limpos e uniformes. Ideal para uso em consultórios, clínicas dermatológicas e procedimentos ambulatoriais.	10	R\$ 93,31	R\$ 933,10
					R\$ 61.705,10

**3.2.1.** Em caso de divergência existente entre as especificações do(s) item(ns) que compõem o objeto descrito no sistema eletrônico e as especificações constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

### 3.3. DA PROPOSTA

**3.3.1.** Será admitida a apresentação de proposta para um ou mais itens, considerando que o julgamento será realizado pelo menor preço por item.

**3.3.2.** Para cada item ofertado, a proposta deverá contemplar a totalidade do quantitativo previsto, não sendo aceita proposta com quantidade inferior à estimada para o respectivo item.

### 3.4. DA PADRONIZAÇÃO

**3.4.1.** Não se aplica.

### 3.5. AMOSTRAS

**3.5.1.** Não será necessário o envio de amostras.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'c' e 'e' da Lei 14.133/21)

**4.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de **materiais saneantes, insumos auxiliares de limpeza, higienização, desinfecção e materiais correlatos destinados ao processamento de produtos para saúde**, conforme especificações, unidades, quantitativos e valores estimados constantes no Mapa de Preços.

**4.2.** A contratação abrangerá, entre outros itens, hipoclorito de sódio em concentrações específicas, fibra branca não abrasiva, indicador de limpeza/cavitação para lavadora ultrassônica, escovas para limpeza de instrumentais, materiais canulados e frascos, além de punch dermatológico, todos destinados ao atendimento das necessidades dos setores e unidades vinculados ao Consórcio Intermunicipal, especialmente nas rotinas de limpeza técnica, desinfecção, higienização, processamento de materiais e apoio às atividades

assistenciais. O mapa de preços apresenta 15 itens, com valor total estimado de R\$ 61.705,10.

**4.3.** A solução foi definida considerando a necessidade de manutenção contínua das condições de higiene, assepsia, segurança sanitária e regular funcionamento dos serviços públicos prestados pelo Consórcio, evitando o desabastecimento de materiais essenciais e garantindo a adequada execução das atividades administrativas, operacionais e assistenciais.

**4.4.** Os itens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, no Mapa de Preços e nos demais documentos que instruem o processo, observando-se, quando aplicável, as normas sanitárias vigentes, especialmente quanto a registro, notificação, cadastro ou comprovação de dispensa perante a ANVISA, bem como apresentação de ficha técnica, catálogo, FISPQ, lote, validade, identificação do fabricante e demais informações necessárias à rastreabilidade do produto.

**4.5.** O fornecimento deverá ocorrer conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de autorização de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, não estando o Consórcio obrigado a adquirir a totalidade dos quantitativos estimados, os quais representam previsão de consumo e servem para fins de planejamento, composição de preços e dimensionamento da contratação.

**4.6.** Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras, lacradas, identificadas e compatíveis com a natureza do item, contendo, no mínimo, informações sobre fabricante, composição, lote, data de fabricação, prazo de validade, modo de uso e demais dados exigidos pela legislação aplicável, quando couber.

**4.7.** No ato da entrega, os itens serão conferidos pelo setor responsável quanto à quantidade, integridade da embalagem, compatibilidade com as especificações, validade, documentação técnica exigida e demais condições previstas no edital e neste Termo de Referência.

**4.8.** Serão recusados, total ou parcialmente, os produtos que apresentarem divergência em relação às especificações exigidas, embalagem violada ou danificada, ausência de identificação adequada, prazo de validade incompatível, irregularidade sanitária, ausência de documentação exigida ou qualquer condição que comprometa sua utilização segura e eficiente.

**4.9.** A contratada deverá substituir, às suas expensas, os produtos recusados, defeituosos, vencidos, danificados ou entregues em desconformidade com as condições estabelecidas, no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual.

**4.10.** Considerando a natureza dos itens, não se exige manutenção ou assistência técnica continuada, salvo quanto à obrigação da contratada de prestar esclarecimentos técnicos, apresentar documentação complementar, substituir produtos em desconformidade e garantir que os materiais fornecidos mantenham as condições de qualidade, segurança e eficácia durante o prazo de validade informado pelo fabricante.

**4.11.** A garantia dos produtos corresponderá, no mínimo, à garantia legal e ao prazo de validade indicado pelo fabricante, devendo a contratada responder por vícios, defeitos, irregularidades, inadequações ou incompatibilidades constatadas durante a utilização regular dos itens.

**4.12.** A solução adotada mostra-se adequada sob os aspectos técnico e econômico, pois permite o atendimento das demandas dos setores requisitantes com produtos compatíveis

com a rotina de uso, possibilita a obtenção de propostas em ambiente competitivo e preserva o interesse público, a economicidade, a eficiência, o planejamento e a continuidade dos serviços.

## **5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 6º, inciso XXIII, alíneas ‘d’ e ‘h’ da Lei 14.133/21)

### **5.1. Critério de julgamento da proposta**

**5.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, na modalidade **dispensa de licitação**, sob a **forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

### **5.2. Forma de seleção e documentos de habilitação.**

**5.2.1.** As exigências de habilitação são as que seguem:

- a. Ato constitutivo e alterações posteriores; Estatuto e Ata de Eleição; ou Contrato Social Consolidado;
- b. Prova de Inscrição no Cadastro Municipal ou Alvará de Funcionamento da sede do licitante;
- c. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- d. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais), emitida pela Receita Federal;
- e. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante.
- g. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.
- h. Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- i. Comprovante de Inscrição Cadastral, do estado da sede da licitante, ou documento que comprove a inscrição junto ao Estado sede da licitante.
- j. Quando aplicável ao item ofertado, a licitante deverá apresentar comprovante de registro, notificação, cadastro ou comprovação de dispensa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, conforme a natureza do produto e a regulamentação sanitária vigente.
- k. Quando aplicável ao item ofertado e à atividade exercida pela licitante, deverá ser apresentada Autorização de Funcionamento de Empresa — AFE, comprovada por meio de publicação no Diário Oficial da União ou certificado/documento emitido pela ANVISA, vigente à época da sessão pública, nos termos da regulamentação sanitária específica.

**5.2.2.** Considerando a natureza e o valor da contratação, fica dispensada a exigência de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica específica, nos termos do art. 70,

inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da apresentação dos documentos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e dos documentos sanitários indispensáveis à comprovação da regularidade dos produtos e da atividade da empresa, quando aplicáveis ao item ofertado.

**5.2.3.** Após o encerramento da fase competitiva, o fornecedor mais bem classificado será convocado, por meio do sistema eletrônico, para que, no prazo de 2 (duas) horas, encaminhe os documentos exigidos neste Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta.

- a. Com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa e em observância aos princípios da razoabilidade e da competitividade, o Agente de Contratação ou responsável pela condução do procedimento poderá conceder prorrogação do prazo previsto no item 5.2.3, desde que solicitada pelo fornecedor dentro do prazo inicialmente concedido, por meio do sistema eletrônico.

**5.2.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**5.2.5.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

**5.2.6.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

## **6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'g' e 'j' da Lei Federal nº 14.133/21)

**6.1.** Os bens serão adquiridos pelos preços ofertados na proposta da licitante vencedora, que serão fixos e irrevogáveis.

**6.2.** Os preços propostos já devem levar em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como serviços de frete, carga, descarga, transporte, embalagens, mão-de-obra, assistência, garantia pelo prazo estipulado no Termo de Referência, impostos, taxas, bem como quaisquer outros que porventura venham a incidir sobre o objeto e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes da execução do objeto.

**6.3.** O preço ajustado poderá sofrer correções desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

**6.4.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ressalvados os casos de supressões estabelecidas mediante acordo entre as partes, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

**6.5.** Os pagamentos no CISCOPAR são realizados em conformidade com o Art. nº 141 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e conforme disponibilidade de recursos financeiros, pelo

Departamento Financeiro, mediante crédito bancário, observadas as disposições seguintes.

6.6. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo dos materiais e do regular ateste da Nota Fiscal/Fatura, observada a entrega efetiva dos itens solicitados e aceitos pela Administração.

6.7. Previamente a cada pagamento à CONTRATADA, o CONTRATANTE realizará consulta ao SICAF e/ou às demais certidões para verificar a manutenção das condições de habilitação.

6.8. A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da CONTRATADA para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei Federal nº 14.133/21)

7.1. O prazo para entrega do objeto será de até 15 dias corridos após o envio do pedido e nota de empenho para a contratada.

7.2. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, da emissão da nota de empenho ou de instrumento equivalente, conforme o caso.

7.3. A entrega deverá ser feita no endereço R. Rodrigues Alves, 1437 - Jardim Coopagro, Toledo - PR, 85903-500, setor de estoque, 2º piso.

7.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.5. Os produtos devem possuir validade igual ou superior a 12 (doze) meses, no momento da entrega.

7.6. Considerando a natureza do objeto e a vigência prevista para a contratação, os preços serão fixos e irrevogáveis durante o prazo contratual, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente comprovadas.

7.7. A Administração poderá extinguir o contrato, a qualquer tempo, nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Acompanhar, fiscalizar e conferir o fornecimento dos materiais, verificando sua conformidade com as especificações, quantidades, prazos, condições de entrega e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

8.2. Comunicar oficialmente, por escrito, à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no curso do fornecimento, determinando o que for necessário à sua regularização;

8.3. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

8.4. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para o fornecimento.

8.5. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do contrato;

- 8.6. Solicitar a substituição dos itens que apresentarem defeito, irregularidade, avaria, prazo de validade inferior ao exigido ou desconformidade com as especificações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da comunicação oficial à CONTRATADA
- 8.7. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;
- 8.8. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
- 8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários com relação ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- 8.10. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução do objeto, determinando o que for necessário à sua regularização.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto do Contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- 9.2. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.3. Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 9.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 9.5. Os produtos devem possuir validade igual ou superior a 12 (doze) meses, no momento da entrega.
- 9.6. Os produtos que estiverem com validade inferior ao informado no item 9.5 não serão aceitos no momento da entrega, devendo a empresa prontamente substituir para se adequar ao estipulado.
- 9.7. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do CISCOPAR ou de terceiros em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- 9.8. Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;
- 9.9. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato;
- 9.10. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a

CONTRATANTE;

- 9.11.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
- 9.12.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 9.13.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 9.14.** Substituir, às suas expensas, todos os materiais considerados insatisfatórios, defeituosos, vencidos, danificados, com embalagem violada ou em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e em seus anexos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da comunicação oficial da Administração, sem qualquer acréscimo ao valor contratado;
- 9.15.** Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento dos objetos desta licitação, promovendo a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do requerimento da CONTRATANTE, caso verificada a sua desconformidade durante a verificação de aceite do objeto, sem custos adicionais a CONTRATANTE.
- 9.16.** Responsabilizar-se, às suas expensas, pelo transporte dos materiais, bem como por sua entrega e descarga no local indicado pela Administração, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
- 9.17.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, em estrita observância das especificações deste instrumento, acompanhados das respectivas Notas Fiscais Eletrônicas.
- 9.18.** A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 9.19.** As citações e intimações necessárias decorrentes da inexecução do contrato e/ou ata de registro, poderão ser realizadas através de meios de comunicação digitais (e-mail, WhatsApp, entre outros) mencionadas pelo participante no ato do cadastro/habilitação para participar do certame.
- 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO** (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei 14.133/21)
- 10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais

do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

**10.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**10.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**10.6.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**10.7.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**10.8.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

**11.1. O objeto será recebido nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**11.2.** O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial da quantidade, integridade das embalagens, identificação dos produtos e compatibilidade aparente com a Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

**11.3.** O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade dos materiais com as especificações exigidas, prazo de validade, documentação técnica/sanitária aplicável, marca/modelo ofertado e demais condições previstas neste Termo de Referência.

**11.4.** Caso sejam constatadas irregularidades, desconformidades, avarias, divergências de quantidade, ausência de documentação exigida, prazo de validade inferior ao previsto ou qualquer condição que comprometa a utilização do produto, a Administração poderá recusar total ou parcialmente o recebimento.

**11.5.** Na hipótese de recusa, a contratada será notificada para providenciar a substituição dos materiais no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus adicional à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**11.6.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, irregularidades, inadequações ou desconformidades posteriormente constatadas.

## **12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**12.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

- 12.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 12.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 12.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.2.1.** Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;
- 12.2.3.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.5.** A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**12.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**12.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**12.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**12.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, a Resolução CISCOPAR nº 019/2023 e, subsidiariamente, no que couber, as normas gerais de processo administrativo aplicáveis.

**12.11.** As citações e intimações necessárias decorrentes da inexecução do contrato e/ou ata de registro, poderão ser realizadas através de meios de comunicação digitais (e-mail, WhatsApp, entre outros) mencionadas pelo participante no ato do cadastro/habilitação para participar do certame.

### **13. EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

**13.2.** A extinção do contrato poderá ser:

**13.2.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**13.2.2.** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**13.2.3.** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**13.3.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual

deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**13.4.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**13.5.** O termo de extinção contratual, quando cabível, será precedido de relatório circunstanciado contendo, conforme o caso:

**13.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e dos valores eventualmente ainda devidos;

**13.5.3.** Indicação de eventuais indenizações, multas, glosas ou demais providências administrativas cabíveis..

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.1.** Não haverá exigência de garantia contratual.

#### **15. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

**15.1.** A CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a observar, quando aplicável, as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, especialmente quanto à proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

#### **16. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**16.1.** A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

**16.2.** Os casos omissos relacionados a este documento regular-se-ão pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.3.** Integram a contratação, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta, neste Termo de Referência, na proposta da contratada e nas normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.  
quinta-feira, 20 de maio de 2026.

**Ana Fabya Coriolano**

Coordenadora de Licitações e Contratos

**Ciente e de acordo,**

**Ana Cristina Maschio**

Diretoria de Saúde

**ANEXO II**  
**CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO**

Ao CISCOPAR

Prezados Senhores,

Ref.: **DISPENSA ELETRONICA Nº 06/2026 – CISCOPAR**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do(s) item(s) abaixo discriminado(s), conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

ITEM	APRES	DESCRIPTIVO	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITARIO PROPOSTO	VALOR TOTAL PROPOSTO
1	UNI	<b>Hipoclorito 1%. Desinfetante</b> hospitalar de nível intermediário para superfícies fixas, à base de hipoclorito desódio 1% de cloro ativo estabilizado(10.000 ppm). Possuir ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias proteicas de microorganismos. Frasco plástico resistente, tampa rosqueável com sistema antivazamento e lacre de inviolabilidade, contendo 1 litro, contendo as especificações da composição do produto, data de fabricação, validade, fornecer FISPQ. Com registro na ANVISA.	200	R\$ 11,01	R\$ 2.202,00		
2	UNI	<b>Hipoclorito 2,5%.</b> Solução de hipoclorito de sódio a 2,5% hospitalar, cloro ativo estabilizado (25.000 ppm). Possuir ação bactericida, atuando como elemento oxidativo em cadeias proteicas de microorganismos. Frasco plástico resistente, tampa rosqueável com sistema antivazamento e lacre de inviolabilidade, contendo 1 litro, contendo as especificações da composição do produto, data de	400	R\$ 11,68	R\$ 4.672,00		

		fabricação, validade, fornecer FISPQ. Com registro na ANVISA.					
3	UNI	<b>Fibra branca não abrasiva, indicada para limpeza manual de instrumentais e superfícies em Central de Material e Esterilização (CME)</b> , compatível com aço inox, fôrmica e outros materiais sensíveis, sem provocar riscos ou danos às superfícies. Produzida em manta sintética resistente, apropriada para uso com saneantes utilizados no processamento de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: comprimento entre 20 e 28 cm, largura entre 10 e 15 cm e espessura entre 0,5 e 1,5 cm. A embalagem deverá conter identificação do fabricante e informações do produto.	500	R\$ 7,48	R\$ 3.740,00		
4	UNI	<b>Indicador de limpeza/cavitação para lavadora ultrassônica.</b> Indicador para monitoramento da eficácia da limpeza em lavadora ultrassônica utilizada em CME, inclusive para equipamentos com sistema de lavagem de canulados. O teste deverá consistir em tira, lâmina, ampola ou dispositivo equivalente contendo substância simuladora de sujidade (soil test), destinado à avaliação da ação de cavitação/energia ultrassônica e da efetividade do processo de limpeza, com resultado de leitura visual clara e objetiva, dispensando equipamento eletrônico adicional para interpretação. Serão aceitos sistemas que utilizem ou dispensem suporte/PCD; quando necessário, este deverá ser fornecido pelo fornecedor sem ônus adicional à instituição. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação, validade e instruções de uso em português. O produto deverá possuir registro,	500	R\$ 20,17	R\$ 10.085,00		

		notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação sanitária vigente, além de ficha técnica ou catálogo do fabricante. Cada indicador corresponde a uma unidade de teste.					
5	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>nylon rígido</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 39,80	R\$ 3.980,00		
6	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). <b>Ponta dupla</b> com cerdas em <b>nylon rígido</b> , cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 39,75	R\$ 3.975,00		

7	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). <b>Produzida com cerdas em latão metálico</b> , cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total entre 15 e 20 cm, com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 8,44	R\$ 844,00		
8	UNI	<b>Escova para limpeza de canulados.</b> Escova reutilizável para limpeza de materiais canulados e similares em Central de Material e Esterilização (CME), indicada para instrumentais cirúrgicos e odontológicos. Produzida com cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável flexível e resistente, compatível com o processo de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro de <b>3 a 5 mm</b> , comprimento das cerdas entre 5 e 8 cm e comprimento total entre 40 e 50 cm. O produto deverá possuir registro, notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação vigente. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	150	R\$ 42,03	R\$ 6.304,50		
9	UNI	<b>Escova para limpeza de canulados.</b> Escova reutilizável para limpeza de materiais canulados e similares em Central de Material e Esterilização (CME), indicada para instrumentais cirúrgicos e odontológicos. Produzida com	150	R\$ 39,13	R\$ 5.869,50		

		cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável flexível e resistente, compatível com o processo de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro de <b>1 a 3 mm</b> , comprimento das cerdas entre 5 e 8 cm e comprimento total entre 40 e 50 cm. O produto deverá possuir registro, notificação/cadastro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, ou comprovação de dispensa conforme legislação vigente. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.					
10	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>nylon rígido</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total <b>entre 20 e 24 cm</b> , com área de cerdas entre 6 e 8 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 59,67	R\$ 5.967,00		
11	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>aço inox</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões	100	R\$ 47,50	R\$ 4.750,00		

		aproximadas: comprimento total <b>entre 15 e 20 cm</b> , com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.					
12	UNI	<b>Escova para limpeza de instrumentais.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de instrumentais cirúrgicos e odontológicos em Central de Material e Esterilização (CME). Produzida com cerdas em <b>aço inox, ponta dupla</b> e cabo em material plástico rígido de fácil manuseio. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar os instrumentais, sendo o produto resistente aos saneantes utilizados na rotina de processamento em CME. Dimensões aproximadas: comprimento total <b>entre 15 e 20 cm</b> , com área de cerdas entre 2 e 5 cm de comprimento. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	100	R\$ 47,89	R\$ 4.789,00		
13	UNI	<b>Escova para limpeza de frascos.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de frascos, frascarias, recipientes cilíndricos e materiais canulados em Central de Material e Esterilização (CME). Indicada para limpeza de produtos de diferentes diâmetros e formatos internos, com cerdas em nylon e haste/cabo em aço inoxidável ou material polimérico de alta resistência, compatível com processos de limpeza de produtos para saúde. Dimensões aproximadas: diâmetro entre 50 e 80 mm, comprimento das cerdas entre 10 e 15 cm e comprimento total entre 30 e 45 cm. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e validade.	50	R\$ 58,75	R\$ 2.937,50		

14	UNI	<p><b>Escova para limpeza de frascos.</b> Escova reutilizável para limpeza manual de frascos tipo almotolia (100 a 250 ml) em Central de Material e Esterilização (CME), indicada para limpeza interna de recipientes plásticos e similares. Produzida com cerdas em nylon e haste/cabo em material resistente de fácil manuseio, compatível com os processos de limpeza de produtos para saúde. As cerdas deverão permitir limpeza eficaz sem danificar as superfícies internas do frasco. Dimensões aproximadas: diâmetro entre 25 e 35 mm, comprimento das cerdas entre 8 e 12 cm e comprimento total entre 25 e 35 cm. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, lote e instruções de uso.</p>	50	R\$ 13,13	R\$ 656,50		
15	UNI	<p><b>Punch dermatológico nº 04.</b> O punch dermatológico 4mm é um instrumento cirurgico utilizado em procedimentos dermatológicos para realizar biópsias de pele com precisão e segurança. Fabricado em aço inoxidável de alta qualidade, oferece durabilidade, resistência a corrosão e fácil esterilização. Possui cabo anatômico que proporciona firmeza e controle ao profissional durante o uso, garantindo cortes circulares limpos e uniformes. Ideal para uso em consultórios, clínicas dermatológicas e procedimentos ambulatoriais.</p>	10	R\$ 93,31	R\$ 933,10		
					R\$ 61.705,10		

## 1. CONDIÇÕES GERAIS

**PROPOSTA: R\$ (Por extenso)**

**Informações do Proponente:**

- a) Razão Social:
- b) Número do CNPJ/MF:
- c) Inscrição estadual:
- d) Inscrição municipal:
- e) Endereço completo (incluindo CEP):
- f) Telefone comercial e celular (se houver):
- g) Dados bancários (nº do banco, nº da agência bancária, nº da conta corrente e nome da praça de pagamento):
- h) E-mail comercial da empresa:
- i) Dados do Representante Legal que irá firmar a contratação ou assinar a ata de registro de preços, tais como: nome completo, RG e CPF, número do telefone (preferencialmente móvel) e endereço eletrônico (e-mail).

**Observações:**

- A proposta deverá conter valores unitários, quantitativos e a totalização do valor por item de interesse do licitante, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), **com no máximo 02 (duas) casas decimais**, inclusive na etapa de lances, considerando as quantidades mínimas estabelecidas, valores máximos e especificações constantes no Termo de Referência. **Entretanto, para fins de apresentação das propostas e lances no Sistema Eletrônico e para fins de julgamento das propostas será considerado o Preço Unitário de cada item.**
- A proposta deverá conter informações relevantes sobre o item ofertado (caso o licitante julgue pertinente);
- A proposta terá validade de, no mínimo, 90 dias, a partir da data de abertura do pregão. Havendo a menção de prazo inferior, o mesmo será desconsiderado e prevalecerá a regra estabelecida nesta alínea como condição de participação, não sendo, assim, motivo para desclassificação da proposta no caso de divergência;
- No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

Local e Data

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa

**ANEXO III DO EDITAL  
MINUTA DO CONTRATO**

**MINUTA DE CONTRATO N° \_\_\_\_\_/2026**

Contrato decorrente da Dispensa Eletrônica n° 06/2026, Protocolo Administrativo n° 1361/2026, que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná — CISCOPAR e a empresa abaixo qualificada.

**CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO PARANÁ - CISCOPAR**, pessoa jurídica, de direito interno, com sede à Rua Rodrigues Alves, 1437 – Jardim Coopagro, inscrito no CNPJ sob n° 73.449.977/0001-64, neste ato devidamente representado por seu Presidente o Prefeito Municipal de Pato Bragado/PR, **JOHN JEFERSON WEBER NODARI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG n° 8.xxx.x97-0 e do CPF n° 056.xxx.x19-09, residente e domiciliado na Rua Curitiba, n.º45, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, empresa privada, com sede à Rua \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual n° \_\_\_\_\_, Inscrição Municipal/ISS n° \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA I – OBJETO**

a contratação de empresa para o fornecimento de materiais saneantes, insumos auxiliares de limpeza, higienização, desinfecção e materiais correlatos destinados ao processamento de produtos para saúde, incluindo itens de uso em Central de Material e Esterilização — CME e demais setores/unidades vinculados ao Consórcio Intermunicipal, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste instrumento..

Item	Apresentação	Descrição	Marca/modelo	Quant.	Valor unitário	Valor total
<b>Total.....</b>						

**Parágrafo único -Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência; o Edital da Licitação; a Proposta do contratado; eventuais anexos dos documentos supracitados.**

**CLÁUSULA II - DA DOCUMENTAÇÃO LEGAL**

Este contrato é firmado com fundamento na Lei Federal n° 14.133/2021, especialmente no art. 75, inciso III, alínea “a”, em razão do insucesso do Pregão n° 01/2026, bem como na Resolução CISCOPAR n° 019/2023, no Aviso de Dispensa Eletrônica n° 06/2026, no

*Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná Rua Rodrigues Alves, 1437 - Coopagro - 85.903-500 - CNPJ 73.449.977/0001-64 <http://www.ciscopar.com.br> - Fone (45) 3125-2600.*

Termo de Referência, na proposta da contratada e demais documentos que instruem o processo.

### **CLÁUSULA III – VALOR**

O valor para o objeto adquirido é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) denominado valor contratual, em conformidade com o resultado do Edital e da proposta apresentada, para a aquisição integral dos itens contratados na quantidade acima discriminada.

**Parágrafo Único.** Os recursos para assegurarem os pagamentos deste Contrato são oriundos das seguintes Dotações Orçamentárias:

01.002 – Serviços de Saúde

10.302.1100.2039 – Manutenção das Atividades de Saúde

3.3.90.30.00 –37- Material de Consumo

3.3.90.30.21 — Material de Limpeza e Produção de Higienização

3.3.90.30.36 – Material Hospitalar

Fonte: 0

### **CLÁUSULA IV – PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado à contratada conforme ordem cronológica, por intermédio de Ordem Bancária. Considerando o recebimento definitivo do objeto executado, a ordem será contada a partir da liquidação da Nota Fiscal/Fatura - a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato - em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA V – FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento mencionado na cláusula anterior será efetuado por meio de depósito em conta bancária de titularidade da empresa fornecedora.

1.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras, lacradas, identificadas e compatíveis com a natureza de cada item, contendo, quando aplicável, informações sobre fabricante, composição, lote, data de fabricação, prazo de validade, modo de uso, registro/notificação/cadastro ou comprovação de dispensa perante a ANVISA, ficha técnica, FISPQ e demais documentos exigidos no Termo de Referência.

1.2. Os produtos deverão possuir validade igual ou superior a 12 (doze) meses no momento da entrega, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

1.3. O descumprimento desta exigência implicará na recusa do recebimento dos produtos e poderá ensejar a aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

### **CLÁUSULA VI – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados do(a) a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

### **CLÁUSULA VII- MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**Parágrafo único: O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, obrigações**

**específicas, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Edital.**

#### **CLÁUSULA VIII- DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA**

**Parágrafo Primeiro** - Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto do Contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;

**Parágrafo Segundo**- Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**Parágrafo Terceiro**- Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

**Parágrafo Quarto**- Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

**Parágrafo Quinto**- Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do CISCOPAR ou de terceiros em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

**Parágrafo Sexto**- Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

**Parágrafo Sétimo**- Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

**Parágrafo Oitavo**- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

**Parágrafo Nono**- Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

**Parágrafo Decimo**- Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

**Parágrafo Decimo Primeiro**- Disponibilizar, após a entrega dos itens/prestação dos serviços, os contatos (endereço web e/ou e-mail e/ou telefone) para abertura de chamado de garantia e suporte técnico, quando o objeto suportar tal especificação;

**Parágrafo Decimo Segundo**- omar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento dos objetos desta contratação, promovendo a substituição dos itens recusados, defeituosos, vencidos, danificados, com embalagem violada ou em desconformidade com as especificações, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da comunicação oficial da CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

**Parágrafo Decimo Terceiro-** Tomar todas as providências necessárias à fiel prestação do suporte técnico no período da garantia, promovendo os reparos necessários.

**Parágrafo Decimo Quarto-** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

**Parágrafo Decimo Quinto-** Fornecer mão-de-obra qualificada para a execução do objeto, devidamente identificada;

**Parágrafo Decimo Sexto-** Refazer todos os serviços/Substituir todos os itens que forem considerados insatisfatórios ou que não atendam as especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, sem que caiba qualquer acréscimo no custo contratado;

**Parágrafo Decimo Sétimo-** Comprovar a origem dos objetos e dispositivos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, caso estes sejam importados. A comprovação deverá ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

**Parágrafo Decimo Oitavo-** Responsabilizar-se, às suas expensas, pelo transporte dos materiais e entregá-los/descarregá-los, no local indicado pelo solicitante, sem nenhum custo oneroso para Administração em relação à entrega dos mesmos.

**Parágrafo Decimo Nono-** Efetuar a entrega dos bens/serviços em perfeitas condições, em estrita observância das especificações deste instrumento, acompanhados das respectivas Notas Fiscais Eletrônicas.

**Parágrafo Vigésimo-** A CONTRATANTE não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

## **CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**Parágrafo Primeiro.** O objeto será recebido nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo.** O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial da quantidade, integridade das embalagens, identificação dos produtos e compatibilidade aparente com a Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

**Parágrafo Terceiro.** O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade dos materiais com as especificações exigidas, prazo de validade, documentação técnica/sanitária aplicável, marca/modelo ofertado e demais condições previstas no Termo de Referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e neste Contrato.

**Parágrafo Quarto.** Caso sejam constatadas irregularidades, desconformidades, avarias, divergências de quantidade, ausência de documentação exigida, prazo de validade inferior ao previsto ou qualquer condição que comprometa a utilização do produto, a CONTRATANTE poderá recusar total ou parcialmente o recebimento.

**Parágrafo Quinto.** Na hipótese de recusa, a CONTRATADA será notificada para providenciar a substituição dos materiais no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da comunicação oficial da Administração, sem ônus adicional ao CISCOPAR, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**Parágrafo Sexto.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, irregularidades, inadequações ou desconformidades

posteriormente constatadas.

**Parágrafo Sétimo.** A Nota Fiscal somente será atestada após o recebimento definitivo dos materiais, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica, neste Contrato e na legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA X – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Parágrafo Primeiro:** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo segundo:** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**Parágrafo terceiro:** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

-Advertência pela falta do subitem “a” desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

-Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens/serviços prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens “a” a “l”;

-Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens “b” a “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens “h” a “l”, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**Parágrafo quarto:** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo quinto:** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Parágrafo sexto:** A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo sétimo:** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**Parágrafo oitavo:** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**Parágrafo nono:** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**Parágrafo décimo:** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica,

com ou sem a participação de agente público.

**Parágrafo décimo primeiro:** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**Parágrafo décimo segundo:** As citações e intimações necessárias decorrentes da inexecução do contrato e/ou ata de registro, poderão ser realizadas através de meios de comunicação digitais (e-mail, WhatsApp, entre outros) mencionadas pelo participante no ato do cadastro/habilitação para participar do certame.

**Parágrafo décimo terceiro:** As sanções e infrações administrativas, independente de transcrição, seguirão as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA XI- DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº. 14133/2021, com as consequências indicadas no art. 139, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

**Parágrafo Único.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado à prévia e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA XII - DAS RESPONSABILIDADES**

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas, responsabilizando-se, também, pela idoneidade e comportamento de seus empregados, prepostos e seus subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

**Parágrafo Primeiro.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Parágrafo Terceiro.** A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

**Parágrafo Quarto.** As obrigações e condições descritas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência, na proposta de preços e nos demais documentos que instruem o processo integram este Contrato, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA XIII – DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

**Parágrafo primeiro.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente

ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**Parágrafo segundo.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, e o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA XIV - DA OBSERVÂNCIA À LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018)**

A CONTRATADA declara expresso CONSENTIMENTO que a CONTRATANTE irá coletar, tratar e compartilhar os dados necessários ao cumprimento do contrato administrativo celebrado, nos termos do Art. 7º juntamente com o artigo 23 e seguintes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

**Parágrafo primeiro.** A CONTRATADA é cientificada que os dados pessoais são utilizados por este órgão, e que poderão ser descentralizados a terceiros, nos casos de necessidade para execução da atividade pública e/ou cumprimento do contrato, segundo disposição do artigo 6º da Lei 13.709/2018.

**Parágrafo segundo.** A CONTRATADA estará sujeita as sanções descritas no artigo 52 e seguintes da Lei 13.709/2018, pelas infrações cometidas, isentando integralmente a CONTRATANTE pelo uso indevido dos dados coletados de terceiros que possam ser repassados ao consórcio.

**Parágrafo terceiro.** Em situação de utilização de dados pessoais pela CONTRATADA para prestação de serviços para este consórcio, deverá, obrigatoriamente, cientificar o (a)

*Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná Rua Rodrigues Alves, 1437 - Coopagro - 85.903-500 - CNPJ 73.449.977/0001-64 <http://www.ciscopar.com.br> - Fone (45) 3125-2600.*

paciente/interessado de forma clara e precisa sobre a utilização de dados, e se necessário sobre o compartilhamento.

#### **CLÁUSULA XV- DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**Parágrafo primeiro-** A empresa vencedora será regularmente convocada para assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação.

**Parágrafo segundo-** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**Parágrafo terceiro-** Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será convocado o licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

#### **CLÁUSULA XVI – DO FISCAL DE CONTRATO**

Fica(m) designado(s) para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato o(s) servidor(es): **Fiscal** – ..... - **Fiscal Substituto** – .....

#### **CLÁUSULA XII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica eleito o Foro da Comarca de Toledo/PR., com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes deste contrato.

E por estarem justos e contratados firmam o presente Contrato, para que surta todos os efeitos legais.

Local e data.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO PARANÁ –**  
**CISCOPAR**  
**JOHN JEFERSON WEBER NODARI**  
- PRESIDENTE  
CONTRATANTE

**EMPRESA**  
NOME DO REPRESENTATE LEGAL  
CONTRATADA